

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA: BELMAN MANUTENÇÃO, REFORMA E COMÉRCIO DE TRANSFORMADORES LTDA.

Os infra-assinados, **ILBERTO JOSÉ KRETZER**, brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado em Biguaçu, Neste Estado, a Rua Francisco Roberto da Silva, 523 – Rio Caveiras – CEP 88.160-000, inscrito no CPF sob nº 803.082.109-30, portador da Cédula de Identidade nº 1/R 2.589.535 expedida pela SSP/SC em 04/11/1987, **GEOVÂNIO BERNDT**, brasileiro, casado com comunhão universal de bens, empresário, residente e domiciliado em Florianópolis, Neste Estado, a Servidão Dorval Manoel Bento, 240 – Córrego Grande – CEP 88.037-410, inscrito no CPF sob nº 551.287.699-68, portador da Cédula de Identidade nº 1.576.288-2 expedida pela SSP/SC em 25/02/2004, por esta e na melhor forma de direito, têm entre si justo e contratado constituir uma Sociedade Empresária, regulada pelo art. 1052 da Lei n.º 10.406/02 que reger-se-á pelo que está contido nas cláusulas a seguir:

CAPÍTULO I

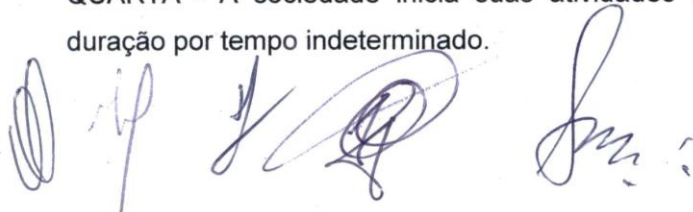
Da denominação, objeto, sede e prazo de duração.

PRIMEIRA - A sociedade girará sob a denominação: **BELMAN MANUTENÇÃO, REFORMA E COMÉRCIO DE TRANSFORMADORES LTDA** e terá como título do estabelecimento: **BELMAN TRANSFORMADORES**.

SEGUNDA – O objeto da sociedade será: Manutenção, reforma e comércio de Transformadores, reguladores, disjuntores, motores de alta e baixa tensão e outros equipamentos elétricos e suas manutenções, ensaio laboratorial de equipamentos elétricos, de alta e baixa tensão.

TERCEIRA - A sociedade terá sua sede na cidade de Biguaçu, Neste Estado, a Rua Prefeito Paulo Frederico A. Wildner, 340 – Centro – CEP 88160-000.

QUARTA - A sociedade inicia suas atividades em 20 de Agosto de 2007, terá duração por tempo indeterminado.



CAPÍTULO II

Do Capital e das Quotas

QUINTA - O capital social que é de R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais), constituído de 60.000 (Sessenta Mil) quotas sociais, no valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, totalizando R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais) que será integralizado da seguinte forma:

a) O sócio **Geovanio Berndt** subscreve 30.000 (Trinta Mil) quotas sociais, no valor total de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais) sendo que integraliza em moeda corrente nacional, neste ato.

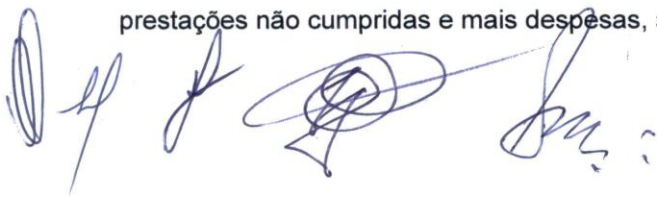
b) O sócio **Ilberto José Kretzer** subscreve 30.000 (Trinta Mil) quotas sociais, no valor total de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais) sendo que integraliza em moeda corrente nacional, neste ato, a quantia de R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais) o saldo que é de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais) será integralizado em até 18 meses, a partir da assinatura deste.

a) Ilberto José Kretzer.....	30.000 quotas.....	R\$ 30.000,00
b) Geovanio Berndt.....	30.000 quotas.....	R\$ 30.000,00
Total.....	60.000 quotas.....	R\$ 60.000,00

§ 1º - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

§ 2º - Os sócios são obrigados ao cumprimento da forma e prazo previstas para a integralização de suas quotas, e aquele que deixar de fazê-lo deverá ser notificado imediatamente e no prazo de 30 (trinta) dias da notificação pela sociedade, responderá perante esta pelo pagamento de mora.

§ 3º - Verificada a mora, poderá, por decisão majoritária dos demais sócios, tomarem para si ou transferirem para terceiros a quota do sócio remisso, excluindo o primitivo titular e devolvendo-lhe o que houver pago, deduzidos os juros da mora, as prestações não cumpridas e mais despesas, se houver.



§ 4º - A cessão total ou parcial de quota, sem a correspondente modificação do contrato social com o consentimento dos demais sócios, ~~não terá eficácia quanto a estes e à sociedade.~~

SEXTA: O sócio participa dos lucros e perdas na proporção das respectivas quotas.

PARAGRAFO ÚNICO: Os sócios são obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, mesmo aquelas autorizadas no contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital.

CAPÍTULO III

Da Administração e Responsabilidade Técnica

SÉTIMA – Nos termos do artigo 1.061 da Lei 10.406/2002, deliberam os sócios que a sociedade poderá manter administrador não sócio.

§ 1º A administração da sociedade será exercida, pelo sócio administrador **Ilberto José Kretzer**, que representará à sociedade em juízo ou fora dela, podendo praticar os atos necessários para o bom desempenho de suas funções e consecução dos fins sociais, assinando *isoladamente*.

§ 2º O administrador receberá um "pró-labore" mensal, fixado de comum acordo pelos sócios, no início de cada exercício social, respeitando as normas fiscais vigentes e os seus limites.

§ 3º É vedado ao administrador fazer uso da firma na prestação de garantia, fiança, aval ou qualquer outro título de favor, em negócios estranhos ao objeto social.

§ 4º O administrador responde solidariamente perante a sociedade e os terceiros prejudicados, por culpa no desempenho de suas funções.

§ 5º Nos quatro primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social, o administrador está obrigado a prestar aos sócios, contas justificadas de sua administração, apresentando-lhes o inventário, bem como o balanço patrimonial e o de resultado econômico.



CAPÍTULO IV

Das Reuniões

OITAVA – As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, devendo ser convocada pelos administradores.

§ 1º - O anúncio de convocação para reunião será publicado por três vezes, ao menos, devendo mediar, entre a data da primeira inserção e a da realização da assembléia, o prazo mínimo de oito dias para a primeira convocação, e de cinco dias para as posteriores.

§ 2º - As publicações serão feitas no órgão oficial do Estado ou da União, conforme o local da sede da sociedade, e em jornal de grande circulação.

§ 3º - Dispensa-se às formalidades de convocação previstas nos parágrafos antecedentes, quando todos os sócios comparecerem ou declararem, por escrito, estar cientes do local, data, hora e ordem do dia.

§ 4º - A reunião torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

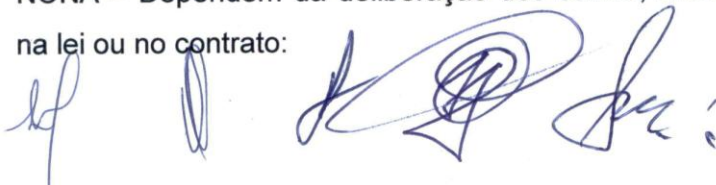
§ 5º - Realizada a reunião, dos trabalhos e deliberações será lavrada, no livro de atas de reuniões, ata assinada pelos sócios participantes e cópia da ata autenticada pelos administradores, ou pela mesa, será apresentada ao Registro Público de Empresas Mercantis, para arquivamento e averbação.

§ 6º - A reunião dos sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo três quartos do capital social, e, em Segunda, com qualquer número.

CAPÍTULO V

Das Deliberações dos Sócios

NONA – Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato:



- a) aprovação das contas da administração;
- b) a designação dos administradores, quando feita em ato separado;
- c) a destituição dos administradores
- d) o modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato;
- e) a modificação do contrato social;
- f) a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- g) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- h) o pedido de recuperação fiscal.

DÉCIMA:

§ 1º – As deliberações dos sócios serão tomadas:

- I)– pelos votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do capital social, nos casos previstos nas letras “e” e “f”;
- II)– pelos votos correspondentes a mais de metade do capital social, nos casos previstos nas letras “b”, “c”, “d” e “h”;
- III)– Pela maioria dos presentes, nos demais casos previstos no contrato ou na lei.

§ 2º - As deliberações dos sócios serão tomadas por maioria de votos, contados segundo o valor da quota de cada um.

§ 3º - As deliberações tomadas de conformidade com o presente contrato e ao amparo da lei vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

CAPÍTULO VI

Retirada, Morte, ou Exclusão de Sócio

DÉCIMA PRIMEIRA: Cabe ao sócio que desejar ceder suas quotas ou retirar-se da sociedade comunicar aos demais, por escrito com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, garantindo aos sócios remanescentes o direito de preferência na aquisição das mesmas.



PARAGRAFO ÚNICO: Se nenhum dos sócios usarem do direito de preferência, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do aviso de que trata este artigo, tem o sócio cedente a liberdade de transferir a sua quota a terceiro.

DÉCIMA SEGUNDA - O falecimento de qualquer dos quotistas não dissolverá a sociedade, que poderá continuar com os herdeiros do de cujus, salvo se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da mesma.

§ 1º Até que se ultime no processo de inventário, a partilha dos bens deixados pelo de cujus, incumbirá ao inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade.

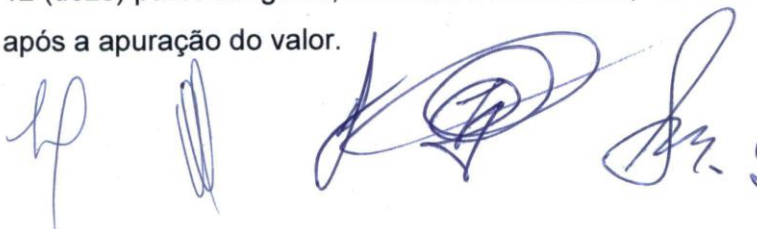
§ 2º Os herdeiros, através de seu inventariante ou representante legal, poderão retirar-se da sociedade.

DÉCIMA TERCEIRA: Pode o sócio ser excluído, quando a maioria dos sócios, representando mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos graves e que configurem justas causa.

§ 1º - A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para este fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

§ 2º - Será também de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido, ou aquele cuja quota tenha sido liquidada para o pagamento de credor particular do sócio.

§ 3º No caso de retirada, morte ou exclusão de sócios ou dissolução da sociedade, o valor das quotas, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado, à data da resolução, e seus haveres lhe serão pagos em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a apuração do valor.



§ 4º - Podem os sócios remanescentes suprirem o valor da quota.

DÉCIMA QUARTA: A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos depois de averbada a resolução da sociedade.

CAPÍTULO VII

Do Exercício Social

DÉCIMA QUINTA: O exercício social coincidirá como o ano civil.

§ 1º - Anualmente, em 31 de Dezembro, será levantado o balanço geral da sociedade, dos lucros líquidos ou prejuízos do exercício, feitas as necessárias amortizações e previsões, o saldo porventura existente, terá o destino que os sócios houverem por bem determinar;

§ 2º - A reunião dos sócios para: a) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; b) designar administradores, quando for o caso; c) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

CAPÍTULO VIII

Disposições Finais

DÉCIMA SEXTA: O administrador da sociedade devera ter no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios.

§ 1º - Declara o sócio administrador, **Ilberto José Kretzer**, sob as penas da lei, que não esta impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar, sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da



concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002).

§ 2º - Declara o sócio administrador, que não esta incursos em nenhum dos crimes previstos em lei, que os impeçam de exercer atividade mercantil.

DÉCIMA SÉTIMA: Os casos omissos serão tratados pelo que regula o Capítulo I, Subtítulo II do Livro II da Lei 10.406/02 – Código Civil.

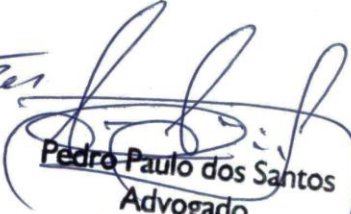
DÉCIMA OITAVA: As partes, de comum acordo, elegem o Foro da Comarca da **Biguaçu**, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir qualquer dúvida que possa emergir deste documento.

E por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente em 04 (Quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza efeitos legais.

Biguaçu/SC, 02 de Agosto de 2007.


Sócios:

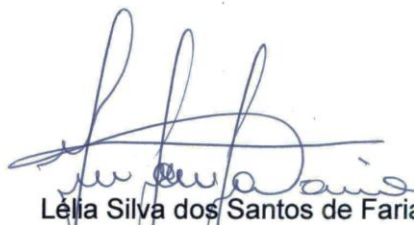

Ilberto José Kretzer


Pedro Paulo dos Santos
Advogado
OAB/SC 3183


Geovanio Berndt

Testemunhas:


Juliano Coral Dutra
CPF: 005.289.259-03
RG: 3.424-946 SSP/SC 22/10/1992


Lélia Silva dos Santos de Faria
CPF: 950.559.329-53
RG: 1/C 325746-SSP/SC 01/07/91



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA
CATARINA - JUCESC



07/250937-6



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

CERTIFICO O REGISTRO EM: 17/08/2007 SOB Nº: 42203971277

Protocolo: 07/250937-6, DE 17/08/2007

BELMAN MANUTENCAO, REFORMA E
COMERCIO DE TRANSFORMADORES
LTDA

Fabiana Everling de Freitas
FABIANA EVERLING DE FREITAS
SECRETÁRIA GERAL